



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO  
DO DIA 21 DE MAIO DE 2015**

**HORA:** 14H00

**LOCAL:** Câmara Municipal de Alijó

**EXECUTIVO**

**PRESIDENTE:** Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

**VEREADOR:** João Manuel Gouveia da Costa

**VEREADOR:** Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

**VEREADOR:** José Rodrigues Paredes

**VEREADOR:** António Joaquim Fernandes

**VEREADOR:** Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras

**VEREADOR:** Manuel Adérito Figueira

**SECRETARIADO POR:** João Areias, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Contém \_\_\_\_\_ minutas aprovadas, nos termos do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as quais se seguem e estão rubricadas pelos presentes a esta reunião.

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

Rua General  
Alves Pedrosa, 13  
5070-051 ALIJÓ  
Telef.: 259 957 100  
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

# CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

**ATA N.º 13/2015**

## **REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA:** CARLOS JORGE VILELA DA ROCHA MAGALHÃES

**VEREADORES PRESENTES:** JOÃO MANUEL GOUVEIA DA COSTA  
LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES  
JOSÉ RODRIGUES PAREDES  
ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES  
CRISTINA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO FELGUEIRAS  
MANUEL ADÉRITO FIGUEIRA

**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** NÃO HOUVE

**SECRETARIOU:** JOÃO AREIAS, CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

**HORA DE ABERTURA:** 14h00 HORAS

**HORA DE ENCERRAMENTO:** 18H30 HORAS

**LOCAL DA REUNIÃO:** PAÇOS DO MUNICÍPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

## ORDEM DE TRABALHOS

### 1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1.1** Aprovação da Ata da reunião ordinária anterior.

### 2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- 2.1** Resumo do diário de tesouraria do dia 2015/05/15.
- 2.2** Presente informação n.º 37 informando que foi necessário efetuar a 7.ª modificação aos documentos previsionais de 2015. Traduz-se na 5.ª alteração ao orçamento da despesa, na 5.ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, e na 5.ª alteração ao Plano de Atividades Municipais, para tomar conhecimento.
- 2.3** Presente informação n.º 40 informando que foi necessário efetuar a 8.ª modificação aos documentos previsionais de 2015. Traduz-se na 3.ª revisão ao orçamento da receita, na 3.ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, e na 3.ª alteração ao orçamento da despesa, para aprovação.

### 3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

- 3.1** Presente informação n.º 127 referente à escolha e início do procedimento por ajuste direto – prestação de serviços “recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Alijó, transporte a destino final e limpeza urbana da vila de Alijó”.

### 4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- 4.1** Presente informação n.º 1 referente à elaboração do Plano de Pormenor da Rua Manuel Saraiva, no Pinhão.
- 4.2** Presente informação n.º 2 referente ao Levantamento topográfico e estudo geotécnico da Área de Intervenção da ARU do Pinhão.
- 4.3** Presente informação n.º 3 referente à elaboração do Plano de Urbanização do Pólo de Desenvolvimento da Giesteira.





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

O voto de pesar proposto pelo Presidente da Câmara foi aprovado por unanimidade. Mais foi deliberado promover uma Reunião entre as cinco Câmaras, dando conhecimento do mesmo à Agência para o desenvolvimento do Vale do Tua.

O Presidente da Câmara apresentou as propostas de intervenção no domínio da cultura para o quadro Norte2020, que a seguir se anexa:

## **Intervenções no Domínio da Cultura - NORTE2020**

*Município de Alijó*



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES NA ÁREA DA CULTURA | PORTUGAL 2020 - M. 6.3

**1. Promoção de Cinema NO CONCELHO de Alijó**

*Objetivo:* Adquirir aparelhos cinematográficos digitais tendo em vista a modernização de equipamentos públicos, permitindo a posteriori a projeção de filmes de forma regular e com qualidade aliados à promoção dos valores regionais e da própria história do cinema.  
**60.000,00 € (VALOR APROXIMADO)**

**2. Rotas do Património Cultural Transmontano/Duriense**

*Objetivo:* Elaborar rotas que potenciem o desenvolvimento do turismo sustentável, assim como melhorar o plano qualitativo de saúde e do bem-estar da população em geral, privilegiando por este via o contacto com a natureza e com o património histórico e arqueológico de relevo local.

Para além da criação de várias rotas, propõe-se também a implementação de uma rota que seja um safari fotográfico na Região do Douro (Património Mundial).

**(400.000,00 €)**

**3. Levantamento e Divulgação do Património Imaterial**

*Objetivo:* Preservar e divulgar a cultura intangível local. Sendo o património cultural imaterial uma parcela estruturante da identidade e da memória coletiva de um povo, ao salvaguardarmos as tradições, expressões orais e artísticas, assim como outras práticas e conhecimentos, estamos a divulgar a diversidade cultural regional de um país, favorecendo simultaneamente o conhecimento das manifestações culturais imateriais, muitas delas específicas e de carácter excepcional.

**(215.000,00 €)**

**4. Programação Cultural/Organização de Eventos Culturais**

*Objetivo:* Criar e produzir programas culturais capazes de gerar dinâmicas e mobilidades regionais associadas a auditórios e outras salas de espetáculo. Pretende-se também o apoio financeiro na organização e execução de grandes eventos culturais que valorizem o património cultural da região e sustentem mobilidades turísticas.

**800.000,00 €**

**5. Restauro e Valorização do Património Artístico do Estilo Barroco**

*Objetivo:* Conservar, restaurar e valorizar o património edificado de carácter religioso concelhio enquadrado no século XVIII, de estilo Barroco que se encontre em elevado estado de degradação e que possua características singulares (ex: pinturas murais) com valor de civilização ou de cultura de interesse relevante, e que neste sentido deva ser objeto de especial proteção e valorização.

(Intervenção global e abrangente na Capela da Nossa Senhora da Boa Morte património classificado: monumento classificado de interesse público)

**500.000,00 €**



MUNICÍPIO DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

#### **6. Investigação Científica da Pré-História Recente**

**Objetivo:** Intervir do ponto de vista arqueológico numa necrópole megalítica recentemente classificada como "Sítio de Interesse Público", pela DRCN, situada a Norte do concelho de Alijó. Esta necrópole destaca-se no contexto do megalitismo transmontano por possuir características únicas, quer ao nível da dimensão dos seus monumentos, quer através do estado de preservação regular que evidencia. Pretende-se desta forma estudar melhor este conjunto megalítico de Interesse público e seguidamente dinamizá-lo do ponto de vista pedagógico e educacional através da concretização de visitas guiadas a diversos estabelecimentos de ensino e grupos de pessoas interessadas, integrando-o em futuras rotas regionais e nacionais, tendo como objetivo a dinamização do turismo local.

**250.000,00**

**7.Criação de um Eco Museu:** Terras d'Alijó: pretende-se criar um espaço de interpretação de saberes da comunidade e um conservatório cultural que preserve e valorize o património natural e cultural da população do concelho de Alijó e do Douro. Este eco museu terá também ações de estudo e proteção do património material e imaterial existente, de forma a estimular uma melhor perceção dos problemas que terão que ter soluções eficazes no futuro. Trabalhará quatro vertentes:

- 1.Terra da Eco agricultura
- 2.Terra do Eco comércio;
- 3.Terra do Ecoturismo;
- 4.Terra de Eco religiosidade

O conceito de eco museu está ligado ao um modelo contemporâneo , onde as populações são agentes ativos nos processos de formulação, execução e manutenção do mesmo. O eco museu agora pensado refere-se tanto à natureza e ecologia, mas também condensa um significado social (ecologia social).

O conceito define um museu evolutivo, dinâmico que acompanha as vivências das populações.

Este eco museu será também equipado com um simulador virtual que permite experimentar os usos, costumes, cheiros, saberes e sensações do Douro (Património Mundial).  
**2.000.000,00 €**

**8. Recuperação de um Teatro Antigo:** situado na vila de Favaios, a sala de Teatro existente necessita de ser requalificada de forma a dar resposta à vida cultural intensa dos faviosenses e de outros habitantes do concelho de Alijó. Existem só na vila pelo menos dois grupos de teatro e no concelho vários.  
**300.000,00 €**

**Recuperação de uma sala de teatro em Sanfins do Douro:** a sala de Teatro existente necessita de ser requalificada de forma a dar resposta à vida cultural intensa dos Sanfineses e de outros habitantes do concelho de Alijó. Existe na vila de Sanfins um grupo de teatro com atividade regular.  
**300.000,00 €**

**9. Extensão do Museu do Pão e do Vinho:** o número de visitantes do Museu do Pão e do Vinho impõe que se estenda a sua atividade. Assim, através da requalificação de uma sala contígua ao Museu do Pão e do Vinho pretende-se alargar a oferta e melhorar a qualidade do serviço.  
**200.000,00 €**

**10. Requalificação do Auditório Municipal de Alijó:** O Auditório Municipal de Alijó é equipamento fundamental para a vivência e divulgação da cultura local, nacional e internacional. Para cumprir a sua função necessita de ser requalificada de forma a melhorar quer a resposta à população quer a criação de condições para que os artistas possam também divulgar a sua arte - que é, toda ela - cultura.

**350 000, 00 €**

**TOTAL DAS NECESSIDADES: 5 milhões e setenta e cinco mil euros.**

Rua General  
Alvas Pedrosa, 13  
5070-051 ALIJÓ  
Telef.: 259 957 100  
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Tomou a palavra o vereador António Joaquim Fernandes que questionou o presidente, sobre a possibilidade de a extensão do Museu do Pão e do Vinho de Favaios poder subir até a zona norte do concelho.

O Presidente da Câmara referiu que estão a ser equacionadas e estudadas hipóteses sobre a possibilidade de criar um museu para apresentar um espólio que a Câmara Municipal tem guardado.

Refere a inauguração do quartel dos Bombeiros Voluntários de Alijó, que se realizará no dia 23/05/2015 e que contará com a presença do Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho. Informa que a Câmara Municipal prestou todo o apoio que lhe foi possível. O executivo foi convidado a estar presente na referida inauguração, e o Presidente da Câmara convidado a discursar. Informa ainda que a Câmara Municipal está a estudar a hipótese de, junto da DGAL, obter informações/explicações de como agilizar a possibilidade de atribuir um subsídio ao investimento feito na construção do quartel.

Referencia ainda a inauguração da Quinta do Bonfim dos Symington, para a qual o Presidente da Câmara foi convidado a estar presente e a discursar, e onde o Primeiro-Ministro também estará presente.

Informa o Executivo que ainda no decorrer no dia de hoje, deverá dar entrada nos cofres da Autarquia o valor da 2.ª tranche do PAEL. Será de imediato agilizado o procedimento para pagamentos e dar início ao pedido de libertação da 3.ª tranche.

Tomou a palavra o Vereador José Rodrigues Paredes que deu conhecimento da deliberação da Assembleia Municipal de Bragança sobre uma praga da vespa do castanheiro. Informa que há um plano de combate, que também já foi apresentado em Alijó, no passado dia 13/05/2015.

O Vereador Miguel Rodrigues tomou a palavra e disse:





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

“- Em primeiro lugar quero destacar a inauguração das novas instalações do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Alijó, que acontecerá no próximo Sábado, com o que me regozijo.

Desejo que a Câmara dê resposta rapidamente às questões pendentes no respeitante aos compromissos ou pré-compromissos assumidos pela Câmara de Alijó face a diversas Instituições sem fins lucrativos do concelho, incluindo a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alijó.

Este é um domínio em que se tem perdido muito tempo, pois trata-se de problemas já transitados do mandato anterior e neste mandato estamos quase a meio, sem resultados concretos neste domínio.

- O Governo fez saber que irá concessionar a gestão de 14 pousadas de juventude, devendo o concurso público para o efeito ser publicado em Diário da República.

Uma dessas pousadas é a de Alijó, sendo intenção do Governo concessionar pelo prazo de 15 anos.

Face a este anúncio do Governo, questiono sobre o que pensa o executivo permanente nesta matéria.

Tratando-se de uma concessão de longo prazo – 15 anos – é necessário acompanhar este processo, não devendo o Município alhear-se do mesmo.

- Relativamente ao PEPAL (programa de estágios), aqui levanto também algumas questões. Estando já publicadas as listas de ordenação final, constata-se a existência de disparidades com as listas iniciais de candidatos excluídos e incluídos. Designadamente no respeitante a um Aviso Retificativo, publicado no *website* da Câmara no dia 13 de maio.

Desse Aviso Retificativo consta que uma candidata na área do direito, antes considerada “excluída”, acaba por incluir depois a lista de candidatos “admitidos”, sem que haja qualquer fundamentação.

Também um candidato na área da engenharia civil antes omissos nas listas iniciais, surge depois neste Aviso Retificativo, também sem qualquer justificação.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Questiono assim aqui o que se passou nestes procedimentos concursais e o que motivou este Aviso Retificativo publicado a 13 de maio.

Também no PEPAL, destaco o previsto no Regime Jurídico do PEPAL, no que respeita ao regime de financiamento, onde se refere que os custos relativos a cada estagiário são suportados pela entidade promotora, neste caso a Câmara, sem prejuízo de esse financiamento ser suportado por fundos comunitários (art. 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2014).

Ora, tratando-se de licenciados, o valor da bolsa mensal de cada um será de 691,70€, a que acrescem os subsídios de refeição e seguros, o que importará para o Município um encargo global não inferior a 60.000,00€.

A questão que coloco é se esse encargo será assumido pelo Município e se este tem condições para tal, ou se há já informações concretas sobre futuros fundos comunitários que aqui tenham aplicação.

- Coloco aqui de novo o tema que já aqui levantei na anterior reunião de Câmara, sobre a empreitada de reparação da cobertura do Teatro Auditório Municipal. Nessa ocasião aqui questionei se seria adjudicada por concurso ou ajuste direto, tendo sido dada a informação de que seria por concurso. Pedi, entretanto, a consulta do contrato de empreitada e caderno de encargos que ainda me não foram disponibilizados.

Mas fiquei entretanto estupefacto por constatar que, afinal e contrariamente à informação prestada, tratou-se de um ajuste direto.

Realço que o valor desta empreitada – 138.012,00€ - está próximo do limite máximo dentro do qual o ajuste direto é possível, pois a partir de 150.000,00€ seria obrigatório o concurso.

Questiono a razão pela qual me foi prestada uma informação errada e quais os critérios pelos quais foram convidadas as empresas em questão (de Vila Pouca de Aguiar) e não nenhuma do concelho de Alijó.”



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Tomou a palavra o Vereador António Joaquim Fernandes para dar os parabéns aos Bombeiros de Alijó, pelas suas novas instalações. Referindo que é mais uma estrutura a ajudar uma instituição tão prestigiada como a associação dos bombeiros voluntários de Alijó. Felicita o Presidente da Associação por ter conseguido levar a obra da construção do novo quartel a bom porto.

Disse que gostaria de felicitar os Bombeiros Voluntários de Sanfins do Douro, pelo seu aniversário. Pede desculpa por não lhe ter sido possível estar presente em virtude de coincidir com o dia da mãe, mas gostaria de agradecer o convite ao Sr. Presidente da Associação e dar os parabéns aos bombeiros de Sanfins do Douro.

Acrescenta que, talvez por lapso, ninguém se referiu à feira da laranja, em São Mamede de Ribatua. Comenta que é um evento que já se repete há alguns anos e que reúne todas as condições para se projectar no futuro.

Felicita a Associação do Douro Histórico pela componente pedagógica na exposição que foi feita pela Dr.<sup>a</sup> Manuela, em representação desta instituição.

No último orçamento de 2014, já existia uma verba para as instituições, que não chegou a ser distribuída. Até ao momento a razão pela falta da atribuição, era o facto de o PAEL estar em curso e não permitir transferência de verbas para as associações. Por outro lado ouvi aqui o senhor presidente dizer, que essas cartas de conforto não consubstanciam uma obrigação. Ora entende que quem é eleito herda direitos e obrigações. Não percebe que o Presidente da Câmara ainda não tenha honrado o compromisso assumido através das cartas de conforto.

Disse ainda, que já anda no terreno a oficina móvel "SOL". Lembra que lhes foi aqui dito, que iria existir um regulamento de funcionamento, mas até à data, ainda nada foi apresentado, embora a oficina continue a desempenhar as funções para que foi comprada. Foi também dito que se iria elaborar um regulamento para o controlo de assiduidade e pontualidade dos trabalhadores da câmara. Julga que primeiro devia ter sido criado o regulamento e só depois posto em prática o pontogro-biometria. Assim resultou num descontentamento geral dos funcionários pelo excesso de controlo injustificado.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Sobre o PEPAL, houve uma situação que nos foi transmitida, sobre uma determinada candidata que – com muita pena - não reunia condições para ser admitida ao estágio. Todavia verifica-se agora, que faz parte dos admitidos. Gostaria de obter esclarecimentos sobre tão grande mudança.

Finaliza dizendo que é da opinião de que quando se solicitam os processos, estes deveriam ser logo entregues na mesma reunião.

A Vereadora Cristina Felgueiras referiu que, relativamente à Associação do Douro Histórico, a Dr.<sup>a</sup> Manuela veio a convite da Câmara Municipal.

Acredita que todas as informações/explicações que potenciem o investimento devem ser alargados a toda a população.

Sobre a oficina móvel “SOL”, informa que este serviço não funciona apenas com regulamento. Como os demais serviços são geridos de igual, não é porque não tem regulamento que não pode funcionar.

Quanto ao PAEL não é verdade que o mesmo foi aprovado pelo anterior executivo, pois, conforme estava, nunca teria tido o visto do Tribunal de Contas. E percebe-se porque: O PAEL E O REQUILIBRIO financeiro são dois instrumentos financeiros que forem apresentados juntos, sendo o Reequilíbrio Financeiro tinha graves deficiências de conceção. Os pressupostos do reequilíbrio foram pensados para 20 anos e depois a banca só permitiu contratar os empréstimos por vinte. Ora, se a banca só permitiu a contratação por 15 anos, o que havia a fazer era ajustar todo o plano de reequilíbrio financeiro para esses mesmos 15 anos. Foi por iniciativa do Sr. Presidente da camara que o PAEL foi separado do Reequilíbrio financeiro, tendo sido quase que imediatamente visado.

Posteriormente, o SR. Presidente da Camara negociou com a banca o alargamento dos empréstimos para 20 anos, dando consistência, coerência e equilíbrio ao Reequilíbrio Financeiro. Portanto, foi a ação desta Camara Municipal que fez com que viabilizou estes dois instrumentos financeiros.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Relativamente à biometria não faz sentido nenhum haver um regulamento aprovado para uma fase experimental, só fará sentido quando for efetiva a obrigatoriedade de utilização deste equipamento eletrónico.

Tomou a palavra o Vereador José Rodrigues Paredes para responder à questão levantada pelo Vereador Miguel Rodrigues, relativa à empreitada para colocação de nova cobertura no edifício do Teatro Auditório Municipal, para dizer:

Como é do conhecimento de toda a Câmara, há alguns meses a esta parte o Executivo Municipal abandonou a plataforma eletrónica para contratação pública que vinha sendo usada, substituindo-a por outra que ofereceu vantagens financeiras inegavelmente melhores para o Município.

Seguidamente, promoveu-se uma sessão de esclarecimento sobre a nova plataforma eletrónica de contratação pública, convidando-se, para tal, os agentes económicos que habitualmente fornecem o Município. Participou quem quis, mas a maioria não compareceu.

É condição fundamental que os fornecedores estejam inscritos na plataforma eletrónica adotada pelo Município, para que possam ser convidados a apresentar proposta. Foi esta a única razão que, à altura, impediu que se convidassem empresas do nosso concelho.

Relativamente ao valor da empreitada, o mesmo tem suporte em mapa de medições, caderno de encargos e peças desenhadas rigorosamente detalhados, inteiramente elaborados pelos técnicos da Unidade de Obras e serviços Urbanos do Município, cuja competência técnica para tal, creio eu, o Dr. Miguel Rodrigues não porá em causa?

Não obstante o valor do procedimento concursal em causa se enquadrar na tipologia de ajuste direto com consulta a apenas uma entidade, por questões de transparência e de mercado decidi endereçar o convite a duas empresas, sendo que uma delas executou recentemente boa obra para o Município.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

O Presidente da Câmara disse que, relativamente à Pousada da Juventude, disse que esse assunto já foi presente a Reunião de Câmara em dezembro de 2014, e repete: não estão interessados face às baixas taxas de ocupação e à falta de capacidade técnica nos quadros da Câmara. Acrescenta que ainda devem à Movijovem o valor de 16.500,00€.

O Vereador Manuel Adérito Figueira disse que seria bom trazer o contrato à Reunião de Câmara, a fim de relembrar as obrigações contratuais.

O Presidente da Câmara, em resposta ao Vereador António Joaquim Fernandes, disse que o primeiro orçamento era de aproximadamente de 70.000,00€ e o segundo de cerca de 300.00,00€. A Câmara tem que ser uma pessoa de bem, todavia aguarda a posição da DGAL face às obrigações e condicionantes que o PAEL traz e impõe. Devemos aguardar uma resposta ao pedido de esclarecimento efetuado.

O Vereador António Joaquim Fernandes disse que extrai da resposta do Sr. presidente, duas coisas: 1.ª se não se resolver o problema das cartas de conforto num ano, resolve-se em 2; 2.ª que todos devem ser ajudados, principalmente os que foram induzidos a realizar obra e por essa via a efetuar investimentos.

Pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira foi dito que:

“Solicita-se aos membros presentes que, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que se ausentem na respetiva votação.”





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

*presente assunto à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.*

### **3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

**3.1 Presente informação n.º 127 referente à escolha e início do procedimento por ajuste direto – prestação de serviços “recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Alijó, transporte a destino final e limpeza urbana da vila de Alijó”, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: por unanimidade, aprovado o início do procedimento, nos termos da informação técnica, depois de garantidos os competentes cabimento e compromisso, nos termos legais em vigor.*

### **4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

**4.1 Presente informação n.º 1 referente à elaboração do Plano de Pormenor da Rua Manuel Saraiva, no Pinhão, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: por unanimidade, aprovado o início do procedimento, nos termos da informação técnica, depois de garantidos os competentes cabimento e compromisso, nos termos legais em vigor.*

**4.2 Presente informação n.º 2 referente ao Levantamento topográfico e estudo geotécnico da Área de Intervenção da ARU do Pinhão, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: por unanimidade, aprovado o início do procedimento, nos termos da informação técnica, depois de garantidos os competentes cabimento e compromisso, nos termos legais em vigor.*





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

**4.3 Presente informação n.º 3 referente à elaboração do Plano de Urbanização do Pólo de Desenvolvimento da Giesteira, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: por unanimidade, aprovado o início do procedimento, nos termos da informação técnica, depois de garantidos os competentes cabimento e compromisso, nos termos legais em vigor.*

#### APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 29/05/2015, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Vice-Presidente da Câmara, e por mim, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira desta Autarquia.

O Vice-Presidente da Câmara

  
\_\_\_\_\_  
José Rodrigues Paredes

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

  
\_\_\_\_\_  
João Areias